

Processo: 1095558

Natureza: Agravo

Jurisdicionado: Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável do Norte de Minas – Codanorte

À Secretaria da Segunda Câmara,

Trata-se de agravo interposto pela empresa Mabelê Comércio de Veículos Eireli, por intermédio de procuradores regularmente constituídos, em face da decisão monocrática proferida por este relator e referendada pela Segunda Câmara na sessão de 12/11/2020, nos autos da Denúncia n. 1095448, que deliberou:

[...]

Portanto, nesse juízo perfunctório e urgente, arrimando-me na jurisprudência deste Tribunal sobre o tema e ausentes os indícios de dano inverso ao interesse público, entendo que estão presentes os requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, pelo que **proponho a adoção de medida cautelar** para determinar que o consórcio suspenda o procedimento administrativo relativo à Ata de Registro de Preços n. 69/2020, firmada com a empresa Mabele Comércio de Veículos Eireli, ora denunciada, na fase em que se encontre, abstendo-se de conceder autorização para novas adesões. Na mesma linha, sob a égide do art. 297 do Código de Processo Civil – CPC, estendo a medida cautelar àquelas atas de registro de preços, decorrentes do certame sob análise, que também foram firmadas com empresas revendedoras de veículos, e determino que o responsável pela Codanorte, órgão gerenciador do registro de preços, identifique quais são as empresas adjudicatárias que não sejam fabricantes ou concessionárias de veículos para, do mesmo modo, suspender o procedimento administrativo quanto a elas.

Diante do exposto, nos termos do art. 60 da Lei Orgânica e do art. 264 c/c o art. 197 do RITCEMG, valendo-me do poder geral de cautela, determino a suspensão dos efeitos das atas de registro de preços firmadas com empresas revendedoras de veículos, decorrentes do Processo Licitatório n. 30/2020, Pregão Eletrônico n. 15/2020, devendo essas empresas serem devidamente identificadas pelo responsável pela Codanorte, órgão gerenciador do registro de preços, abstendo-se de firmar as respectivas atas de registro de preços ou, se já houverem assinado, abstendo-se de autorizar novas adesões à ata, *ad referendum* da Segunda Câmara, na fase em que se encontram, sob pena de multa diária de R\$ 3.000,00 (três mil reais), até o limite de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), consoante art. 90 da Lei Orgânica, sem prejuízo da adoção de outras medidas legais cabíveis.

[...]

A referida decisão utilizou como arrimo a jurisprudência deste Tribunal sobre o tema, no sentido de que somente a concessionária autorizada pela fabricante ou a própria fabricante/montadora poderiam vender o que se tem conceituado como “veículo novo” ao consumidor final para “primeiro emplacamento”, tendo, assim, ressaltado contradição no instrumento convocatório do certame:

Portanto, sob minha percepção, no caso dos autos, a exigência – já mencionada – de que o primeiro emplacamento se dê em nome do município contratante afastaria, à primeira vista, a possibilidade de maior amplitude de concorrência no certame, com a participação de revendedoras, tornando o edital contraditório e a conduta da Administração em classificar empresa revendedora também. Isso porque, nos termos da Deliberação n. 64 do Contran e da disciplina de concessão comercial prevista na Lei n. 6.729/79, tais empresas revendedoras, ao comprarem o veículo de uma concessionária ou do próprio fabricante, já devem realizar o primeiro emplacamento/registro/licenciamento perante o órgão de trânsito competente antes de revendê-lo a terceiros.

Saliento, por oportuno, que o fato de o veículo ter sido transferido para a empresa licitante para posterior revenda ao consumidor final poderia não descaracterizar o bem como novo. Entretanto, a controvérsia, no caso, paira somente em torno da exigência do edital – já reconhecida – de que o primeiro emplacamento seja em nome do município contratante, o que inviabilizaria a participação e posterior classificação de empresa revendedora no certame, cabendo, portanto, razão à denunciante, neste juízo superficial de urgência, diante do princípio da estrita vinculação ao instrumento convocatório, em consonância com os arts. 3º e 41 da Lei n. 8.666/1993.

Ademais, com a devida vênia, os esclarecimentos prestados pelo gestor responsável não se mostraram suficientes para afastar o juízo de ilegalidade quanto aos apontamentos da denúncia, notadamente quanto à estrita vinculação ao edital, tampouco quanto ao risco de prejuízo ao interesse público secundário no que tange a possível descumprimento de normas de natureza tributária decorrente do fornecimento de “veículos novos” por uma empresa de pequeno porte revendedora. Como visto, o consórcio reconhece a necessidade do primeiro emplacamento em nome da administração contratante, porém, considera responsabilidade dos adquirentes a observação do cumprimento dessa exigência contratual.

Ademais, levou em consideração o risco de prejuízo ao interesse público secundário no que tange a possível descumprimento de normas de natureza tributária por empresa de pequeno porte revendedora, bem como o risco de difusão da irregularidade praticada com a adesão da ata de registro de preços por outros órgãos não participantes.

Registro que o agravo deu entrada em meu gabinete no dia 30/11/2020, às 18h39min, conforme informação disponível no SGAP.

Já em suas razões recursais (documento eletrônico, código do arquivo n. 2294742, disponível no SGAP como peça n. 2), a empresa agravante argumentou que teria fornecido, ainda neste ano, veículos novos com primeiro emplacamento em nome do contratante para diversos municípios do estado da Bahia (documentos anexos), de modo que tal fato evidenciaria “a plena exequibilidade da garantia prestada pela recorrente em atender à exigência do edital e fulmina, de forma incontestável, a alegação de que somente veículos vendidos diretamente por concessionários ou fabricantes poderiam ter seu primeiro emplacamento em nome dos Municípios”.

Ademais, colacionou precedente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP¹, no sentido de que não haveria na Lei n. 6.729/79 “qualquer dispositivo que autorize, nas licitações, a delimitação do universo de eventuais fornecedores às concessionárias de veículos. E, ainda que houvesse, certamente não teria sido recepcionado pela Constituição Federal de 1988”. Carreou, também, argumentos do Ministério Público do Estado de Goiás, ao apreciar impugnação avariada em face do Edital n. 46/2018, cujo objeto cingia-se à aquisição de veículos para a sua frota, e ponderações do Departamento Nacional de Infraestrutura – DNIT, que teria rejeitado impugnação avariada contra o Edital do Pregão n. 39/2019-03, “afastando qualquer possibilidade de reserva da disputa apenas para aqueles submetidos à regência do contrato de concessão sob a égide da Lei Ferrari”.

Noutro giro, a agravante ressaltou que dos 13 itens em que teria se sagrado vencedora no âmbito do Pregão Eletrônico n. 15/2020, consoante Ata de Registro de Preços n. 69/2020², 11 demandariam “a necessidade de adaptação para a espécie ambulância e a inexistência do fornecimento do tipo por fabricantes e concessionários”. Salientou que esses tipos de veículos, assim como todos os outros ditos especiais – tais como viaturas policiais e de bombeiros – seriam fruto de adaptações realizadas por empresas especializadas, credenciadas nos termos da Portaria DENATRAN n. 27/2002, **“sendo que esta é quem realiza o registro, junto ao RENAVAL, das modificações empreendidas, e, posteriormente, permite-se a realização do licenciamento (emplacamento) do veículo já com suas características devidamente alteradas”** (Grifei). Nesse sentido, salientou que “[...] as transformadoras, inclusive, são devidamente registradas junto ao Departamento Nacional de Trânsito, o qual lhes autoriza até mesmo a alterar a versão do veículo e modificar o código respectivo, conforme determina a Resolução CONTRAN nº 291, de 29/08/2008”.

Sobre o conceito de veículo novo, ressaltou que o edital teria sido claro em estabelecer como sendo aquele “zero quilômetro, sem prévia utilização” e que de acordo com o entendimento do Tribunal de Contas da União – TCU³ a questão do emplacamento ou a terminologia técnica utilizada para caracterizar o veículo não interferiria na especificação do objeto, tampouco desqualificaria o veículo como novo de fato. Além disso, ressaltou que a manutenção do

¹ Processo TC 011589/989/17-7, conselheiro relator Dimas Eduardo Ramalho.

² Disponível em: <http://codanorte.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/10/ATA-SRP-069-2020-MABEL%C3%8A-COM%C3%89RCIO-1.pdf> > Acesso em 1º/12/2020.

³ Acórdão 10125-44/17-2, TC 032.156/2017-0, relator Augusto Nardes, Segunda Câmara, Data da Sessão: 28/11/2017.

entendimento de que a recorrente não poderia comercializar veículos novos, à guisa de licenciamento em seu próprio nome, implicaria criação de mercado à margem da legislação, onde apenas fabricantes e concessionárias poderiam comercializar veículos com órgãos públicos, em desacordo com os princípios basilares do procedimento licitatório, como a livre concorrência (competitividade), o da probidade administrativa, da igualdade, e da legalidade.

Quanto ao aspecto tributário da controvérsia, destacou que o recolhimento inferior do ICMS somente ocorreria se os bens fossem contabilizados em seu ativo permanente, sendo que, em verdade, o registro contábil seria feito na rubrica correta com a destinação dos bens ao ativo circulante, com o recolhimento integral do tributo. Argumentou que, quando o veículo é adquirido pela empresa, na nota fiscal de fábrica emitida pelo fabricante constaria o “CFOP 6401”, o qual se referiria à venda de produção do estabelecimento em operação com produto sujeito ao regime de substituição tributária, na condição de contribuinte substituto, sendo que quando da emissão da nota fiscal de venda ao cliente, o documento fiscal anotaria o “CFOP 5405”, correspondente à venda de mercadoria adquirida ou recebida de terceiros em operação com mercadoria sujeita ao regime de substituição tributária, na condição de contribuinte substituído. Dessa forma, argumentou que “[...] a celebração do contrato com a recorrente não implicará risco algum, especialmente de ordem tributária, se tratando o argumento recursal tão somente da materialização do desespero de quem pretendia ter reserva de mercado e comercialização dos veículos por preços superiores, em detrimento flagrante do interesse público”.

Por último, requereu a concessão de efeito suspensivo, nos termos do art. 337, parágrafo único do RITCEMG, uma vez que a empresa agravante atenderia plenamente à exigência de primeiro emplacamento feita pelo instrumento convocatório, sendo que a persistência dos efeitos da decisão recorrida impediria a recorrente de fornecer os veículos demandados e impediria os municípios de atender ao interesse público da própria contratação dos veículos, destinados que à área de saúde, transporte de pacientes (inclusive daqueles com risco à vida), atendimento odontológico e de emergência médica (com a ambulância tipo Samu 192).

Decisão

Interposto em 23/11/2020, consoante certidão recursal (documento eletrônico, código do arquivo n. 2299765, disponível no SGAP como peça n. 18), o agravo é tempestivo. Ademais,

com fulcro no art. 325, II, do RITCEMG, verifica-se a legitimidade da agravante, como empresa alcançada pela decisão que suspendeu os efeitos das atas de registro de preços firmadas com empresas revendedoras de veículos. O agravo contém os requisitos de admissibilidade estabelecidos no art. 338 do mesmo diploma regimental, referentes à exposição do fato e do direito e à apresentação das razões de reforma da decisão. Sendo assim, preliminarmente, é admissível o presente recurso.

Conforme observado, a empresa agravante se insurge, em linhas gerais, contra a tese de que somente a concessionária autorizada pela fabricante ou a própria fabricante/montadora poderia vender o que se tem conceituado como “veículo novo” ao consumidor final, tendo afirmado, inclusive, que teria fornecido, neste ano, “veículos novos” com “primeiro emplacamento” em nome de municípios contratantes no estado da Bahia, sendo estes: Aporá, Campo Formoso, Castro Alves, Boa Vista do Tupim, Governador Mangabeira, Itapetinga, Itororó, Pedrão, Planaltino e Salinas (documentos eletrônicos, disponíveis no SGAP como peças de n. 4, 8, 10, 12, 14 e 16). Dessa forma, a agravante aponta que teria condições de cumprir as exigências delineadas no instrumento convocatório do Processo Licitatório n. 30/2020, Pregão Eletrônico n. 15/2020, notadamente no que se refere ao primeiro emplacamento em nome do município consorciado contratante, e, em seguida, afirma que a celebração de eventual contrato não implicaria risco de ordem tributária, já que a empresa estaria recolhendo integralmente os valores do ICMS, com a destinação dos bens ao ativo circulante.

De início, reitero o meu entendimento de que o primeiro emplacamento de um veículo “normal” seria de inviável cumprimento por empresas revendedoras, pelos próprios fundamentos utilizados no âmbito da medida cautelar referendada pelo colegiado da Segunda Câmara nos autos de n. 1095448, uma vez que, em tese, seria impossível de ser realizado em observância às exigências legais. É de se ressaltar, novamente, que o fato de o veículo ter sido transferido para a empresa licitante para posterior revenda ao consumidor final poderia não descaracterizar o bem como novo, cabendo ao gestor público, entretanto, delimitar corretamente o objeto pretendido.

No entanto, diante das peculiaridades do caso, especialmente diante do fato de a empresa agravante (revendedora) ter demonstrado lograr êxito na entrega de veículo modificado com primeiro emplacamento em nome de diversos municípios contratantes (documentos disponíveis no SGAP, código do arquivo n. 2294742 e 2294746, peça 2 e 4, respectivamente), merece

destaque, nesse juízo superficial cautelar, essa nova argumentação⁴ suscitada no sentido de que alguns veículos dependeriam de adaptação para a espécie ambulância, feita por empresa especializada, que realizaria o registro das modificações empreendidas e, posteriormente, permitiria a realização do licenciamento do veículo já com suas características devidamente alteradas. Nesse sentido, vejamos o que estabelece a Deliberação Contran n. 64 de 30/5/2008:

Art. 1º Para efeito de registro, licenciamento e circulação, os veículos de tração, de carga e os de transporte coletivo de passageiros, deverão ter indicação de suas características registradas para obtenção do CAT - Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito, de acordo com os requisitos do Anexo desta Deliberação.

[...]

ANEXO

[...]

3. APLICAÇÃO

3.1. Informações mínimas para veículos de tração, de carga e transporte coletivo de passageiros, com PBT acima de 3500 kg.

3.1.1. Veículo automotor novo acabado: tara, lotação, PBT, PBTC e CMT;

3.1.2. Veículo automotor novo inacabado: PBT, PBTC e CMT;

3.1.3. Veículo automotor novo que recebeu carroçaria ou implemento: tara e lotação, em complemento às características informadas pelo fabricante ou importador do veículo;

3.1.4. Veículo automotor novo que teve alterado o número de eixos ou sua(s) capacidade(s): tara, lotação e PBT, em complemento às características informadas pelo fabricante ou importador do veículo;

[...]

Destaco, ademais, os arts. 1º e 2º da Portaria Denatran n. 190, de 29/6/2009, que determina que todos os veículos novos que sofrerem transformação admitida em resolução do Contran devem receber códigos específicos na tabela de marca/modelo/versão do Registro Nacional de Veículos Automotores – Renavam, *in verbis*:

Art. 1º Estabelecer o procedimento para a concessão do código de marca/modelo/versão de veículos do Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM e emissão do

⁴ “Reitere-se: nenhum veículo é produzido com os equipamentos e caracteres necessários para o uso pretendido, os quais que somente passam a existir após a submissão a transformação por empresas especializadas, após o processo produtivo do fabricante e sem qualquer ingerência/participação deste. Inclusive, os veículos ofertados pela Recorrente nos lotes em que se sagrou vencedora refletem exatamente tais alterações. Por exemplo, foi ofertado como ambulância (para os todos os lotes correlatos) o veículo Renault Master Raytec Ambulância, com código marca/modelo 243476, utilizando-se como insumo do processo de transformação o modelo Renault Master Furgão L2H2, código marca/modelo 243452, o qual passa a ser registrada com a carroçaria do tipo ambulância. E as transformadoras, inclusive, são devidamente registradas junto ao Departamento Nacional de Trânsito, o qual lhes autoriza até mesma a alterar a versão do veículo e modificar o código respectivo, conforme determina a Resolução CONTRAN n° 291, de 29/08/2008”

Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito - CAT, para efeito de pré-cadastro, registro, e licenciamento no Sistema Nacional de Trânsito.

Art. 2º Todos os veículos novos de fabricação nacional, importados, encarroçados, bem como aqueles que sofrerem transformação admitida em Resolução do CONTRAN, devem receber códigos específicos na tabela de marca/modelo/versão do RENAVAM além do respectivo CAT, desde que atendidos os requisitos de identificação e de segurança veicular, estabelecidos na legislação de trânsito. (Grifei)

A emissão do CAT, com o referido código específico do Renavam, possibilitaria então o registro e licenciamento de veículos junto aos órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal – Detran, que, somente aí será identificado por Placas de Identificação Veicular – PIV, nos termos da Resolução n. 780, de 26 de junho de 2019:

Art. 2º Após o registro no respectivo órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal (DETRAN), cada veículo será identificado por Placas de Identificação Veicular - PIV dianteira e traseira, de acordo com os requisitos estabelecidos nesta Resolução.

Depreende-se, pois, nesse juízo perfunctório, que, nesses casos específicos de transformação, as empresas revendedoras conseguiriam cumprir juridicamente a exigência de primeiro emplacamento, tendo em vista que, independentemente de quem fosse o vencedor do certame em tais itens, haveria a necessidade de se contratar a transformação do veículo junto à empresa especializada, credenciada pelo Denatran, para posterior licenciamento com as características devidamente alteradas, tal como se demonstrou.

Assim, quanto ao primeiro emplacamento dos veículos que necessitariam de transformação, entendo que merecem guarida os argumentos da agravante.

No tocante ao aspecto tributário da controvérsia, é necessário tecer os esclarecimentos a seguir.

A denunciante, nos autos de n. 1095448, delineou como apontamento uma “possível evasão fiscal”, porquanto as micro e pequenas empresas estariam adquirindo “veículos para uso próprio com grandes descontos das fabricantes e imediatamente transferem para os municípios sem recolher o ICMS [...]”. Ademais, pontuou que “embora se trate de questões afetas ao fisco e aos Estados envolvidos nas transações comerciais, é inadmissível que o município tendo conhecimento da ilegalidade praticada, promova a compra de veículo em que não se observará o cumprimento da legislação tributária”.

Sobre o tema, a Coordenadoria de Fiscalização de Editais de Licitação – Cfel vem se

manifestando nos seguintes termos⁵:

[...]

Como dito acima, analisar o critério de menor preço pode apresentar uma aparente vantajosidade, pois as revendedoras de veículos consideradas microempresas conseguem, muitas vezes, apresentar preços abaixo de mercado à custa de benefícios fiscais.

Conforme noticiado pelo Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos de Minas Gerais - SINCOV-MG, a isenção fiscal referente ao ICMS, antes concedida a pessoas com deficiência e produtores rurais, passou a contemplar também microempresas e empresas de pequeno porte. Trata-se de um benefício fiscal que busca o incentivo para crescimento dessas empresas.

Outrossim, importante trazer à baila redação do Convênio ICMS 64/06, posteriormente alterado pelos Convênios ICMS 135/14, 67/18, 167/19, 235/19, o qual "disciplina para a operação de venda de veículo autopropulsado realizada por pessoa física que explore a atividade de produtor agropecuário **ou por qualquer pessoa jurídica, com menos de 12 (doze) meses da aquisição da montadora**" (destaque nosso).

Segundo o referido normativo, em caso de revenda do veículo em prazo inferior a 12 meses, deverá ser recolhido o respectivo ICMS calculado com base no preço de venda sugerida ao público. Veja-se:

[...]

Quanto ao disposto acima, cumpre ressaltar as seguintes hipóteses passíveis de controle.

A primeira situação é a compra do veículo com isenção fiscal e posterior revenda, em prazo inferior a doze meses, sem o devido recolhimento do imposto, em contrariedade ao disposto no Convênio ICMS 64/06, lesando a arrecadação estadual.

Ademais, não havendo recolhimento por parte da pessoa jurídica quando da revenda, o ente adquirente poderá ser chamado a recolher o imposto devido, nos termos do art. 131 do Código Tributário Nacional¹², já que a imunidade recíproca, prevista no art. 150, VI, alínea "a", da Constituição Federal¹³ e art. 9º, IV, alínea "a", do Código Tributário Nacional¹⁴, não alcança a responsabilidade tributária por sucessão.

Ambas as situações descritas geram uma aparente vantajosidade no momento da licitação, pois o órgão licitante adquire o item de menor preço, mas, ou será chamado a recolher o imposto devido, ou o valor abaixo de mercado se dará à custa da arrecadação estadual.

Outra situação que merece destaque é a previsão de que, nos casos de revenda do veículo por pessoa jurídica antes de doze meses da data da aquisição, o ICMS deverá ser recolhido em favor do estado do domicílio do adquirente, a teor da supra transcrita Cláusula Primeira do Convênio ICMS 64/06.

Nesse cenário, além de lesionar a arrecadação do estado em que a compra foi originalmente efetuada, abre-se brecha para que as empresas adquiram veículos com isenção fiscal nos estados em que a alíquota do ICMS é mais elevada e revendam naqueles com alíquotas mais baixas. Assim, um benefício que foi instituído como incentivo ao crescimento das microempresas e empresas de pequeno porte, tornar-se-ia método de enriquecimento à custa de isenções fiscais.

Contudo, em que pese o estudo da Cfel, vale reiterar que, nesse caso, a empresa agravante

⁵ Estudo elaborado no âmbito da Denúncia n. 1088856.

apresentou argumentos novos relevantes, reafirmando sua integridade para o cumprimento das normas fiscais e o respeito ao erário, vejamos:

O recolhimento inferior do ICMS somente ocorreria se a Recorrente contabilizasse se os bens em seu ativo permanente, o que não ocorre, pois o registro contábil é feito na rubrica correta, uma vez que são destinados ao ativo circulante, inclusive com o recolhimento integral do tributo.

Quando o veículo é adquirido pela Recorrente, na nota fiscal de fábrica emitida pelo fabricante consta o CFOP 6401, o qual se refere a venda de produção do estabelecimento em operação com produto sujeito ao regime de substituição tributária, na condição de contribuinte substituto. Ou seja, o ICMS Substituto já foi retido pela fabricante e, ainda que hipoteticamente tal retenção não fosse efetuada, a Recorrente faria o pagamento.

E, quando da emissão a nota fiscal de venda ao cliente pela Recorrente, o documento fiscal anota o CFOP 5405, correspondente à venda de mercadoria adquirida ou recebida de terceiros em operação com mercadoria sujeita ao regime de substituição tributária, na condição de contribuinte substituído.

Logo, não há que se falar em vantagem indevida da Recorrente, por meio de alegado recolhimento inferior do tributo (ICMS) e, por via de consequência, também é mera falácia apontar “possível sonegação fiscal”.

Portanto, em contraponto à denúncia, a agravante reforça o fato de que, no registro contábil, os veículos seriam destinados ao ativo circulante, com o recolhimento integral do tributo, sendo que quanto aos veículos transformados, conforme relatado, o documento fiscal anotaria o “CFOP 5405”, correspondente à venda de mercadoria adquirida ou recebida de terceiros em operação com mercadoria sujeita ao regime de substituição tributária, na condição de contribuinte substituído.

Diante desse quadro, reforça-se, ainda superficial, confrontando-se as argumentações de ambos os lados, à míngua de informações mais concretas pelo lado denunciante, frise-se, a quem incumbiria, de certo modo, o ônus da prova, entendendo que as alegações da empresa agravante se mostraram suficientes para também afastar o “risco de prejuízo ao interesse público secundário no que tange a possível descumprimento de normas de natureza tributária” apontado na decisão monocrática exarada nos autos de n. 1095448, especialmente neste juízo de cognição sumária, uma vez que não foi apontado, objetivamente, efetivo prejuízo ao fisco.

Ante o exposto, nos termos do art. 339 do RITCEMG, considerando a nova argumentação suscitada nos autos, que, também em juízo superficial inverso, afastaria o entendimento de que seria inviável o fornecimento de primeiro emplacamento pela agravante, **concedo** efeito suspensivo para reformar parcialmente a medida cautelar por meio de reconsideração dentro do agravo, *ad referendum* da Segunda Câmara, eximindo daquela decisão somente os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 29, 31, 32, 33 e 34 da Ata de Registro de Preços n. 69/2020, uma vez que se referem

aos veículos passíveis de transformação por empresa especializada. Ressalto, inclusive, quanto a estes itens, que o certame obteve boa competitividade, com a participação de diversas empresas divididas entre fabricantes/concessionárias e revendedoras, sendo que a ora agravante se sagrou vencedora por apresentar o menor lance, em aparente economicidade aos cofres públicos⁶.

Intime-se o Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável do Norte de Minas – Codanorte do teor desta decisão, conforme disposto no art. 166, § 1º, I e VI, do Regimento Interno.

Intimem-se, ainda, a denunciante e a agravante pelo DOC.

Inclua-se a proposta de referendo desta decisão na próxima sessão da Segunda Câmara, como matéria extrapauta, para deliberação colegiada.

Belo Horizonte, 4 de dezembro de 2020.

Adonias Monteiro
Relator

(assinado digitalmente)

⁶ Informação extraída no âmbito dos autos de n. 1095448, consoante “ranking do processo” (documento eletrônico, código do arquivo n. 2275460, disponível no SGAP como peça n. 26)